

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 161 – 24/08 à 28/08/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Pedido de vista adia conclusão de julgamento sobre correção monetária de débitos trabalhistas](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/08/2020

Pedido de vista do ministro Dias Toffoli suspendeu o julgamento, pelo Plenário Supremo Tribunal Federal (STF), das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021, nas quais se discute a validade da aplicação da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária de débitos trabalhistas e de depósitos recursais no âmbito da Justiça do Trabalho. Até o momento, há oito votos pela inconstitucionalidade da aplicação da TR. Permanece empatada, no entanto, a votação acerca de qual índice deve substituí-la.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Justiça do Trabalho pode executar contribuições previdenciárias em sentenças anteriores a 1998](#)

Supremo Tribunal Federal - 26/08/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Justiça do Trabalho tem competência para a execução dos débitos das contribuições previdenciárias decorrentes dos processos ajuizados e das sentenças trabalhistas proferidas antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional (EC) 20/1998 cuja execução não tenha sido iniciada até aquela data. Por unanimidade, na sessão virtual encerrada em 21/8, foi dado provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 595326, com repercussão geral ([Tema 505](#)), que irá orientar decisões em pelo menos 10 casos semelhantes sobrestados em outras instâncias.

[Contribuição social de 10% sobre saldo do FGTS em demissões sem justa causa é constitucional](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/08/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) assentou a constitucionalidade da contribuição social de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a ser paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa. Por maioria de votos, o Plenário, em sessão virtual, negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 878313, com repercussão geral reconhecida ([Tema 846](#)).

[Validada norma coletiva que se aplica apenas a unidade específica da empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que é válida a cláusula de norma coletiva que limita seu alcance a uma das unidades da Electrolux do Brasil S.A. em Curitiba (PR). Para o colegiado, a negociação coletiva deve ser prestigiada e valorizada, desde que não ofenda a proteção à saúde, à segurança e à higiene do trabalhador.

[Bancária readaptada após doença ocupacional tem pedido de reintegração negado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/08/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou pedido de reintegração feito por empregada do Itaú Unibanco S. A. que alegava ter direito à estabilidade em razão de doença ocupacional. Segundo o colegiado, não ficou caracterizada patologia que impedisse o trabalho da bancária na função de assistente operacional exercida por ela.

[Indústria é condenada por demora na troca de protetores auriculares](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/08/2020

A IPA - Indústria de Produtos Automotivos RGS Ltda., de São Bernardo do Campo (SP), não conseguiu reverter decisão em que foi condenada a pagar o adicional de insalubridade a uma empregada, por não dar atenção à regularidade adequada do fornecimento de protetores auriculares, que, segundo o perito judicial, seria de três meses. Ao julgar o caso, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não encontrou elementos que permitissem reverter a decisão.



Notícias do Executivo

[Auditores fiscais do Trabalho resgatam 28 trabalhadores e embargam obra irregular em Águas Lindas \(GO\)](#)

Ministério da Economia - 28/08/2020

Auditores fiscais do Trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), ligado à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Seprt-ME), resgataram 28 trabalhadores de condições análogas à escravidão durante ação fiscal iniciada no dia 19 de agosto de 2020, em obra de um condomínio de Águas Lindas. A operação foi realizada para atender denúncias graves de exploração de trabalhadores no entorno do Distrito Federal e contou com a participação da Polícia Federal (PF), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

[Decreto prorroga prazos do BEm para até 180 dias](#)

Ministério da Economia - 24/08/2020

Foi publicado, nesta segunda-feira (24/8), em edição extra do Diário Oficial da União, o [Decreto nº 10.470](#) que prorroga, para até 180 dias, os prazos dos acordos do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), relacionados tanto à redução proporcional de jornada e de salário quanto à suspensão temporária do contrato de trabalho.

[Sistema de fiscalização criado por auditores do Trabalho é finalista em prêmio de inovação](#)

Ministério da Economia - 24/08/2020

A ferramenta de fiscalização trabalhista Khronos, desenvolvida pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia, alcançou a etapa final do Concurso Inovação no Setor Público 2020, promovido pela Escola Nacional de Administração

Pública (Enap). O anúncio foi feito em 31 de julho. O Khronos permite aos auditores fiscais do Trabalho fiscalizar com rapidez e qualidade o cumprimento da legislação por parte das empresas em questões relacionadas à jornada de trabalho dos funcionários. No fim de 2018, o modelo chegou à versão atual e entrou em um teste prático em sete capitais do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Manaus.

[Reconhecimento facial pelo aplicativo Meu gov.br é a primeira etapa da prova de vida dos aposentados](#)

Ministério da Economia - 24/08/2020

O reconhecimento facial por meio do aplicativo Meu gov.br, já utilizado por 300 mil pessoas nos últimos três meses, será a primeira etapa da prova de vida dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem a exigência de deslocamento às agências. A prova de vida foi lançada na última semana e os aposentados com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já podem começar a baixar o novo aplicativo nos celulares e concluir essa fase inicial, de identificação a partir dos traços do rosto.

[Portaria estende período de antecipação de auxílio por incapacidade temporária](#)

Ministério da Economia - 24/08/2020

Foi publicada na edição do Diário Oficial da União, desta segunda-feira (24/8), a Portaria Conjunta nº 47 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que disciplina a operacionalização da antecipação de parcelas de salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (antes denominado de auxílio-doença). Esta antecipação foi estabelecida pela Lei nº 13.982/2020, em razão da emergência de saúde pública da covid-19.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Sensibilização da Semana Inclusiva de SC é adiada para 9 de setembro](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/08/2020

Iniciativa é promovida pelo Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC) e pela Superintendência Regional do Trabalho de Santa Catarina, vinculada ao Ministério da Economia, em parceria com mais de 40 entidades governamentais e não governamentais do estado.

[MPT alerta: trabalho infantil viola direitos humanos e impede progresso social e econômico do país](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/08/2020

A Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, instituída pela Portaria MPT/PGT n. 299/2000, reitera o seu posicionamento de que o trabalho infantil configura uma grave violação de direitos humanos, impeditiva do progresso social e econômico do país. Veja [aqui](#) a íntegra do documento.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Covid-19 - SINAIT solicita à SIT instituição de protocolo de segurança aos integrantes do GEFM](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/08/2020

O SINAIT encaminhou [carta](#) ao Subsecretário de Inspeção do Trabalho, Rômulo Machado, em que solicita que sejam adotadas medidas urgentes e adequadas visando a proteção necessária aos integrantes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM. A testagem dos integrantes do GEFM e a padronização das regras de aquisição e o posterior fornecimento, garantida a reposição, de Equipamentos de Proteção Individual são entendidos como fundamentais pelo SINAIT.

Outras Notícias

[Empresa deverá indenizar ex-empregado em R\\$ 100 mil por dispensa discriminatória](#)

Consultor Jurídico - 30/08/2020

Demitir empregado por causa do seu quadro de saúde, evitando assim gastos com medicamentos e afastamentos médicos, configura dispensa discriminatória e gera o dever de indenizar. Com base nesse entendimento, a 5ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região condenou empresa do setor automotivo a pagar R\$ 100 mil por danos morais a ex-empregado demitido enquanto tratava um câncer.

[Em portaria, governo amplia setores que podem trabalhar aos domingos e feriados](#)

Consultor Jurídico - 30/08/2020

Uma [portaria](#) (19.809/20) publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (28/8) ampliou de 78 para 91 os ramos de atividade que podem funcionar durante domingos e feriados. Com a medida, empresas que atuam nesses setores não precisam negociar com sindicatos o trabalho em dias tradicionais de folga.

[Epidemia pode ser enquadrada como desastre natural, possibilitando saque do FGTS](#)

Consultor Jurídico - 29/08/2020

O rol de hipóteses que autoriza o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é apenas exemplificativo, não taxativo. O entendimento é da juíza Renata Bonfiglio, da 27ª Vara do Trabalho de São Paulo. A magistrada autorizou que, em razão da calamidade pública imposta pelo coronavírus, um homem retire valores depositados em sua conta vinculada. A decisão foi proferida em 25 de agosto.

[Empresa deve indenizar mulher vítima de assédio moral e racial, decide TRT-15](#)

Consultor Jurídico - 29/08/2020

O assédio moral e a discriminação racial afrontam os princípios da dignidade da pessoa humana, da valorização social do trabalho, da não discriminação e da função social da empresa, todos previstos na Constituição Federal. Com base nessa premissa, a 9ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região condenou uma empresa a indenizar empregada em R\$ 25 mil reais. A decisão foi proferida nesta quinta-feira (27/8).

[Sem previsão em acordo, empresa não deve pagar multa por parcelas atrasadas](#)

Consultor Jurídico - 29/08/2020

Se não há previsão expressa em acordo judicial, a parte que atrasa pagamento de parcelas não deve pagar multa. Esse foi o entendimento firmado pela Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) ao conceder liminar para excluir a multa moratória de diversos acordos judiciais firmados pela empresa de transporte coletivo Viação Dedo de Deus. A decisão é de 30 de julho.

[Empregado que integrava Cipa é dispensado e não consegue readmissão](#)

Consultor Jurídico - 26/08/2020

A reintegração de trabalhador dispensado, mas que gozava de estabilidade, é desaconselhável quando o período da estabilidade está prestes a se escoar. Com esse entendimento, a 1ª Vara do Trabalho de Brasília não reconheceu que trabalhador ex-membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), dispensado em abril deste ano, tem direito à reintegração aos quadros de funcionários da empresa. No processo, o ex-empregado alegou que, por ser membro da Cipa, teria estabilidade provisória até o dia 19 de outubro deste ano.

[Trabalhadora que aguardava duas horas para ir ao banheiro será indenizada](#)

Consultor Jurídico - 25/08/2020

Uma ex-caixa do Carrefour, obrigada a aguardar até duas horas para ir ao banheiro durante a jornada de trabalho, vai receber R\$ 10 mil de indenização a título de danos morais. Conforme o processo, ela também recebia tratamento verbal ofensivo por parte da chefe imediata. A decisão é da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), confirmando, no aspecto, sentença do juízo da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Os desembargadores reduziram apenas o valor da reparação, arbitrada na origem em R\$ 50 mil.



Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N.º 46, DE 21 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 24/08/2020 Seção I Pág. 15) - Prorroga os prazos previstos nos art. 1º e art. 2º da Portaria Conjunta nº 22, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre o atendimento dos segurados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19) e disciplina o retorno gradual do atendimento presencial nas Agências da Previdência Social. (Processo nº 10128.106029/2020-73);

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N.º 47, DE 21 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 24/08/2020 Seção I Pág. 15) - Disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo nº 10128.107045/2020-83);

[CIRCULAR CEF N.º 921, DE 20 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 24/08/2020 Seção I Pág. 26) - Divulga a publicação da versão 12 do Manual de Orientações Regularidade Empregador;

[CIRCULAR CEF N.º 914, DE 20 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 24/08/2020 Seção I Pág. 26) - Dispõe sobre a divulgação da versão 12 do Manual de Orientação ao Empregador Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais;

[DECRETO N.º 10.470, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 24/08/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020;

[DECRETO N.º 10.473, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 25/08/2020 Seção I Pág. 07) - Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 873, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 25/08/2020 Seção I Pág. 43) - Suspende a eficácia do art. 14 da Resolução CODEFAT nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que estabelece procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB N.º 2.006, DE 20 DE JULHO DE 2020](#) (DOU de 25/08/2020 Seção I Pág. 46) - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF reembolso de despesas a matriz ou empresa do grupo empresarial domiciliada no exterior. remuneração paga no exterior de sócio administrador ou profissional expatriado residente no Brasil. não incidência;

[RESOLUÇÃO CMN N.º 4.846, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 25/08/2020 Seção I Pág. 48) - Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído pela Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020;

[RESOLUÇÃO CMN N.º 4.847, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 25/08/2020 Seção I Pág. 49) - Dispõe sobre o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas), instituído pela Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020;

[MEDIDA PROVISÓRIA N.º 996, DE 25 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 26/08/2020 Seção I Pág. 01) - Institui o Programa Casa Verde e Amarela;

[PORTARIA MC N.º 474, DE 25 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 26/08/2020 Seção I Pág. 06) - Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[PORTARIA CONJUNTA INSS N.º 9, DE 25 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 26/08/2020 Seção I Pág. 21) - Cria novos serviços relativos aos Acordos Internacionais nos canais remotos de atendimento do INSS;

[DECRETO N.º 10.474, DE 26 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 27/08/2020 Seção I Pág. 06) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;

[PORTARIA SEPRT N.º 19.809, DE 24 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 28/08/2020 Seção I Pág. 300) - Altera o Anexo da Portaria SEPRT nº 604, de 18 de junho de 2019 (Autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados);

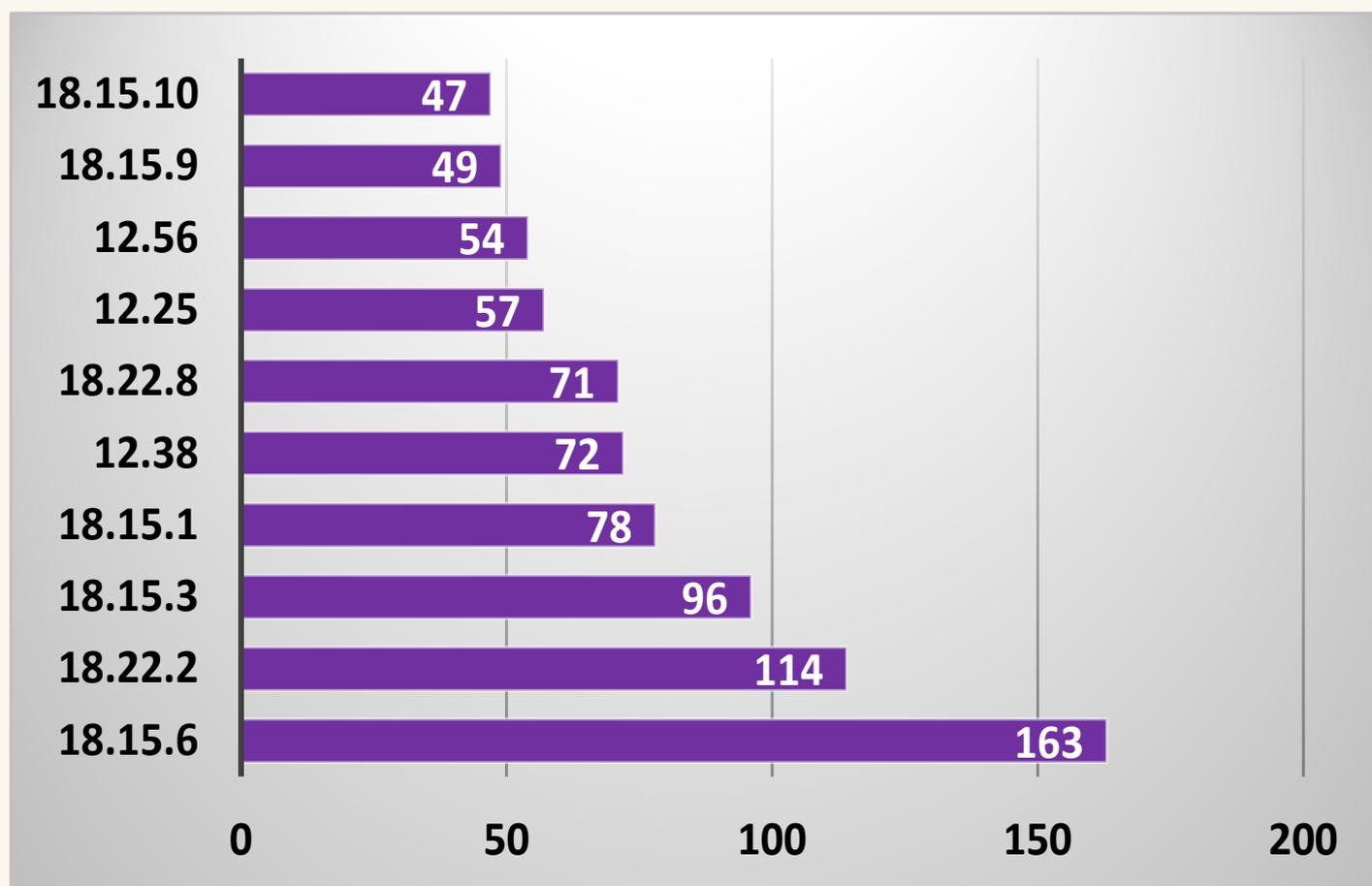
[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB N° 2.018, DE 26 DE AGOSTO DE 2019](#) (DOU de 28/08/2020 Seção I Pág. 303) - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Resultado Presumido. Serviços Odontológicos. Percentual de Presunção de Lucro;

[PORTARIA STRAB N.º 19.820, DE 25 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 28/08/2020 Seção II Pág. 41) - Institui, no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar estudos sobre a “regulamentação de trabalho na modalidade Teletrabalho”;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2019:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2. Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.3. O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, ser antiderrapante, nivelado e fixado ou travado de modo seguro e resistente.

18.15.1. O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.

12.38. As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

18.22.8. Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

12.25. Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funciona-

mento automático ao serem energizadas.

12.56. As máquinas devem ser equipadas com um ou mais dispositivos de parada de emergência, por meio dos quais possam ser evitadas situações de perigo latentes e existentes.

18.15.9. O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

18.15.10. Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula